



# Diário Oficial do **Município**

**Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim**

quinta-feira, 11 de dezembro de 2014

Ano IV - Edição nº 00377 | Caderno 1

## **Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim publica**



Praça Rui Barbosa | 252 | Centro | Boa Vista do Tupim-Ba

[www.pmbovistadotupim.ba.ipmbrasil.org.br](http://www.pmbovistadotupim.ba.ipmbrasil.org.br)

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian  
DF41FA386D8177BÁ561EA4D839FF227F

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

## SUMÁRIO

- Republicação. Decreto Nº 97 de 21 de Novembro de 2014
- Leis nº 616 a 618/2014.

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

Decreto



GABINETE DO PREFEITO



## DECRETO Nº 97 21 de Novembro de 2014

Dispõe sobre os procedimentos e prazos para o Encerramento do Exercício Financeiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM/BA, no uso de suas atribuições legais e considerando o prazo para a Prestação de Contas, nos termos do artigo 63 da Constituição Estadual e Resolução nº 1.060/05 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia,

### DECRETA:

Art. 1º Para o encerramento do exercício financeiro de 2014, observar-se-ão as normas orçamentárias, financeiras, patrimoniais e contábeis em vigor, bem como as disposições contidas neste Decreto.

Art. 2º Os responsáveis pela gestão e/ou guarda de bens e valores do Município observarão as datas limites estabelecidas neste Decreto, nos casos que indica:

I — até 05.12.2014, para empenhos e emissão da respectiva Nota de Empenho;

II — até 11.12.2014, para liquidação da despesa por fornecimentos efetuados, serviços prestados e obras executadas;

III — até 12.12.2014, para autorização de pagamento após sua regular liquidação;

IV — até 30.12.2014, para incorporação da execução orçamentária dos fundos especiais, da Câmara e das Autarquias e Fundações.

§ 1º. Excetuam-se das datas limites definidas no caput desse artigo, as despesas com saúde, educação e fundeb, necessárias ao cumprimento dos limites legais de 15%, 25% e 60%, respectivamente;

§ 2º. As regras contidas neste artigo, em casos de excepcional interesse público, poderão ser relevadas exclusivamente por expressa autorização do Prefeito.

Art. 3º As despesas legalmente empenhadas e não pagas até 12.12.2014, serão inscritas em Restos a Pagar, em conformidade ao que determina a Portaria que dispõe sobre o assunto.

§ 1º A inscrição em restos a pagar será realizada para as despesas efetivamente incorridas e desde que comprovada a disponibilidade de caixa na fonte de recurso específica, de acordo com as determinações do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Praça  
a Rui Barbosa, 252 • Boa Vista do Tupim - Bahia • Prefeitura - (75) 3326.2210

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



GABINETE DO PREFEITO



§ 2º A disponibilidade de caixa que trata o art.3º §1º, deste decreto, deverá ser suficiente para cobertura dos restos a pagar inscritos no exercício 2014, bem como para o saldo de restos a pagar remanescentes de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras de curto prazo.

Art. 4º Os precatórios judiciais, emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do exercício financeiro em que houverem sido incluídos, serão registrados na dívida Fundada.

§ 1º Os precatórios judiciais, apresentados até 01.07.14, a serem pagos no exercício de 2015, serão registrados no Passivo Permanente como “Outras Dívidas”.

§ 2º Os precatórios, de que tratam este artigo, serão objeto de controle por parte da Administração, identificando os beneficiários com observância da ordem cronológica de apresentação.

Art. 5º Os responsáveis por adiantamentos, sob pena de responsabilidade, na forma da lei, deverão apresentar as respectivas comprovações até o dia 17 de dezembro de 2014, data em que também deverão recolher os saldos remanescentes porventura existentes.

Parágrafo único. Os empenhos correspondentes a adiantamentos concedidos e pendentes de liquidação, por falta de comprovação, serão anulados, inscrevendo-se a responsabilidade dos respectivos servidores na conta “Diversos Responsáveis”.

Art. 6º Os saldos financeiros porventura existentes em 31.12.14 na Câmara Municipal deverão ser transferidos à conta do Tesouro, com exceção dos recursos destinados exclusivamente ao pagamento de restos a pagar, retenções e consignações legais, na exata quantia dos compromissos correspondentes, sem prejuízo do saldo não devolvido ser inscrito como ativo realizável.

Art. 7º Os valores retidos pela Câmara Municipal e pelos Fundos Municipais, correspondentes ao ISS e IR, deverão ser recolhidos aos cofres da Prefeitura Municipal até 29.12.14

Art. 8º As contas que compõem os grupos do Ativo Realizável, do Passivo Financeiro e do Passivo Permanente, deverão ser analisadas objetivando a apuração da consistência dos saldos existentes com a identificação de suas fontes para apuração da disponibilidade financeira antes da inscrição dos Restos a Pagar.

§1º Para os efeitos do caput deste artigo deverá ser baixada portaria instituindo Comissão indicando três servidores que, após análise dos saldos das contas, emitirá parecer indicando as providências que deverão ser adotadas pelo Setor de Contabilidade.

§ 2º A Secretaria de Administração e Finanças deverá encaminhar expediente até 26/12/2012 às instituições (Receita Federal do Brasil / INSS; CEF / FGTS; Banco do Brasil /

Praça  
a Ruy Barbosa, 252 • Boa Vista do Tupim - Bahia • Prefeitura - (75) 3326.2210

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



GABINETE DO PREFEITO



PASEP; EMBASA; COELBA; TELEMAR), com as quais a Prefeitura mantém contrato de parcelamento de dívida, solicitando informações acerca do saldo devedor em 31/12/14.

§ 3º A Comissão de que trata o § 1º deverá analisar a documentação fornecida pelas instituições acerca do saldo da dívida em 31/12/2014, emitir relatório definindo as providências, encaminhando-o ao Setor de Contabilidade que fará os lançamentos contábeis necessários.

§ 4º Para apuração da disponibilidade financeira deverá ser considerado o saldo de todas as contas que compõem o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro antes da efetivação da inscrição dos Restos a Pagar referentes ao exercício de 2014.

Art. 9º A Secretaria de Finanças deverá baixar portaria, constituindo Comissão composta de, no mínimo três servidores, para promover o levantamento e a análise da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária que deverá compor o patrimônio do ente, a comissão deverá ainda, emitir relatório com a relação da dívida para que o Setor de Contabilidade promova os registros necessários.

Art. 10 A Secretaria de Administração deverá baixar portaria constituindo Comissão composta de, no mínimo, três servidores para proceder à análise dos Bens Móveis e Imóveis do Município (Ativo Permanente).

§ 1º Para efeito do disposto no caput deste artigo, com referência aos bens móveis, deverão ser observados os registros no livro de Tombo, número indicativo nas plaquetas dos móveis e a alocação dos mesmos.

§ 2º Com referência aos bens imóveis, a Comissão deverá examinar todos os bens pertencentes ao Município, emitindo relação contendo bens adquiridos em 2014 e aqueles adquiridos em anos anteriores.

Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal  
Boa Vista do Tupim, 21 de novembro de 2014

João Durval Passos Trabuco  
Prefeito Municipal

Praça  
a Ruy Barbosa, 252 • Boa Vista do Tupim - Bahia • Prefeitura - (75) 3326.2210

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

Lei



LEI Nº 616

de

20 de outubro de 2014

*Dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável - CMDS, e dá outras providências.*

**O PREFEITO MUNICIPAL BOA VISTA DO TUPIM**, Estado da Bahia, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS, órgão colegiado gestor do desenvolvimento sustentável do Município de Boa Vista do Tupim, que terá função de formulação, consulta ou deliberação, segundo o contexto de cada política pública ou programa de desenvolvimento em implementação.

**Art. 2º** - Ao CMDS compete promover:

- I. O desenvolvimento sustentável do município, assegurando a efetiva e legítima participação de representações dos diversos segmentos sociais e movimentos na discussão e elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável - PMDS, de forma a que este contemple estratégias, ações, programas e projetos de apoio e fomento ao desenvolvimento econômico e social, em bases sustentáveis, do Município;
- II. A execução, a monitoria e a avaliação das ações previstas no Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável, os impactos dessas ações no desenvolvimento municipal e propor redirecionamento;
- III. A formulação e a proposição de políticas públicas municipais voltadas para o desenvolvimento sustentável;
- IV. A aprovação e compatibilização da programação físico-financeira anual, a nível municipal, dos programas que integram o Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável, acompanhando seu desempenho e apreciando relatórios de execução;
- V. A formulação e proposição de ações, programas e projetos no Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável para o Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Municipal;

Praça Ruy Barbosa, 252 • Boa Vista do Tupim - Bahia • Prefeitura - (75) 3326.2210

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



GABINETE DO PREFEITO



- VI. A elaboração, o monitoramento e a avaliação de Planos, Programas, Projetos, Ações e Atividades, de natureza transitória ou permanente;
- VII. A priorização, a hierarquização e o exercício do controle social local no desenvolvimento de ações e atividades de responsabilidade do setor público;
- VIII. A consulta quanto ao público beneficiário, a localização, ao período adequado e as demais informações para a composição dos investimentos governamentais no município;
- IX. A instalação de Comissões, Câmaras ou Comitês específicos para deliberar, e/ou executar, acompanhar, e avaliar Ações e Atividades Específicas;
- X. A interlocução privilegiada junto aos Órgãos Públicos para sugerir adequações e denunciar as irregularidades das suas ações.
- XI. A compatibilização entre as políticas públicas municipal, territorial, estadual e federal voltadas para o desenvolvimento sustentável e para a conquista e consolidação da plena cidadania no Município;
- XII. O estímulo a implantação e reestruturação de organizações representativas de segmentos sociais, tanto no meio urbano, quanto rural, estimulando-as, também para participação no CMDS;
- XIII. A articulação com os municípios vizinhos visando à elaboração, qualificação e implementação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável;
- XIV. Identificação, encaminhamento e monitoramento de demandas relacionadas ao fortalecimento da agricultura familiar e outros segmentos sociais fragilizados;
- XV. Ações que estimule, preserve e fortaleça a cultura local;
- XVI. Buscar o melhor funcionamento e representatividade do Conselho, através do estímulo a participação de diferentes atores sociais do Município, estimulando a participação de organizações representativas de mulheres, jovens e, quando houver, de indígenas e descendentes de quilombos.

**Art. 3º** - O CMDS tem foro e sede no Município de Boa Vista do Tupim.

**Art. 4º** - O mandato dos membros do CMDS será de 02 (dois) anos e será exercido sem ônus para os cofres públicos, sendo considerado serviço relevante prestado ao Município. Será permitida uma única reeleição dos seus membros, não se admitindo prorrogação de mandato.

Praça Ruy Barbosa, 252 • Boa Vista do Tupim - Bahia • Prefeitura - (75) 3326.2210

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



GABINETE DO PREFEITO



**Art. 5º** Integram o CMDS representantes de entidades da sociedade civil organizada que representem, assessoram, estudem e/ou promovam ações voltadas para o apoio e desenvolvimento sustentável, cidadania e promoção de direitos; representantes de organizações e movimentos da agricultura familiar; representantes de órgãos do poder público municipal e representantes de organizações para-governamentais, conforme composição abaixo:

Órgãos do poder público e para-governamental

1. Representante da Prefeitura Municipal
2. Representante da Câmara de Vereadores
2. Representante da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
3. Representante da Bahia Pesca

Entidades representativas da sociedade civil organizada

1. Representante do Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais
2. Representante das Igrejas
3. Representante das Associações
4. Representante dos Movimentos Sociais

**§ 1º** Em virtude da predominância de características rurais do Município e da representatividade da Agricultura Familiar, será garantido ampla participação de membros representantes dos agricultores (as) familiares, trabalhadores(as) assalariados(as) rurais, agroextrativistas, pescadores, indígenas, assentados de reforma agrária e outras populações e comunidades tradicionais do campo, escolhidos e indicados por suas respectivas comunidades, associações, sindicatos e demais entidades representativas.

**§ 2º** Todos os/as Conselheiros/as Titulares e Suplentes devem ser indicados formalmente, em documento escrito, pelas instituições/entidades que representam:

- a) para conselheiros/as e suplentes indicados por entidades da sociedade civil organizada, órgãos públicos e organizações para-governamentais, a indicação deverá ser feita em papel timbrado e assinado pelo responsável pela respectiva instituição;
- b) para conselheiros/as e suplentes indicados por comunidades rurais ou bairros onde não haja organização/entidade constituída, a indicação deverá ser feita em reunião específica para este fim, e deverá ser lavrada a respectiva ata, assinada pelos presentes;
- c) para conselheiros/as e suplentes indicados por comunidades rurais ou bairros onde haja organização/entidade constituída, a escolha deverá ser feita em reunião específica para este fim e a indicação deverá ser assinada por todos os presentes.

**§ 3º** As indicações serão encaminhadas ao Prefeito Municipal para publicação, através de Decreto ou Portaria Municipal, no prazo máximo de 30(trinta) dias.

Praça Ruy Barbosa, 252 • Boa Vista do Tupim - Bahia • Prefeitura - (75) 3326.2210

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



GABINETE DO PREFEITO



**Art. 6º** - O mandato dos membros do CMDS é de 2 (dois) anos e será exercido sem ônus para os cofres públicos, sendo considerado serviço relevante prestado ao município, sendo permitido uma única reeleição dos seus membros, não se admitindo prorrogação de mandato.

**Art. 7º** - A composição do CMDS obedece ao estabelecido nas orientações para constituição ou reformulação de CMDS, recomendadas pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS.

**Art. 8º** - O Executivo Municipal, através de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, fornecerá as condições técnicas e materiais e as informações necessárias para o CMDS cumprir suas atribuições.

**Art. 9º** - O CMDS elaborará o seu Regimento Interno, para regular o seu funcionamento.

**Art. 10** - Revogam-se as Leis que tratam da instituição de outros conselhos correlatos;

**Art. 11** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM**, Estado da Bahia, em 20 de outubro de 2014.

**JOÃO DURVAL PASSOS TRABUCO**  
PREFEITO MUNICIPAL

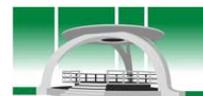
**MÁRIO BRITO FREITAS**  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Praça Ruy Barbosa, 252 • Boa Vista do Tupim - Bahia • Prefeitura - (75) 3326.2210

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



**Boa Vista do Tupim**  
A PREFEITURA TRABALHA PRA VOCÊ VIVER MELHOR

LEI Nº 617

de

02 de dezembro de 2014.

*Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Contratos, Convênios, Consórcios, Termos de Confissão e Novação de Dívidas e Termos Aditivos e dá outras providências.*

**O PREFEITO MUNICIPAL BOA VISTA DO TUPIM**, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Contratos, Convênios, Consórcios, Termos de Confissão e Novação de Dívidas e/ou Reconhecimento de Débitos e Termos de Aditamento com:

**I** - a União e seus ministérios, secretarias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista;

**II** - o Estado da Bahia e suas secretarias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista;

**III** - outros Municípios e suas secretarias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista;

**IV** - instituições financeiras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, empresas privadas, permissionárias e/ou concessionárias de serviços públicos, institutos educacionais e organizações não governamentais, cooperativa, associações e sindicatos.

**Parágrafo único.** A autorização de que trata esse artigo compreende, inclusive, o estabelecimento de bloqueios e recebimentos de valores relativos às cotas de ICMS ou FPM, até o limite das parcelas mensais, junto às instituições bancárias correspondentes.

**Art. 2º.** O Executivo Municipal deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação dos instrumentos de que trata o artigo anterior, encaminhar cópias dos mesmos à Câmara Municipal para conhecimento.

**Art. 3º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, pelo prazo de 06 (seis) meses, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM**, Estado da Bahia, em 02 de dezembro de 2014.

**JOÃO DURVAL PASSOS TRABUCO**  
PREFEITO MUNICIPAL

**MÁRIO BRITO FREITAS**  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Praça Ruy Barbosa, 252 • Boa Vista do Tupim - Bahia • Prefeitura - (75) 3326.2210

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



## JUSTIFICATIVA

Projeto de Lei nº ...../2014.

Senhores Vereadores,

O presente Projeto de Lei que ora encaminhamos para apreciação de VV. Exas. reporta-se a autorização a ser concedida ao Poder Executivo para celebração de Contratos, Convênios, Consórcios, Termos de Confissão de Dívida e/ou Reconhecimento, Termo de Reconhecimento de Débito, Termos de Aditamento.

Tal medida, que nenhuma novidade tem em seu conteúdo, torna-se necessária pela previsão contida na Lei Orgânica do Município, e levando-se em consideração a necessidade que a municipalidade tem em manter tais convênios com outros órgãos das diferentes esferas da administração pública.

Com efeito, tais convênios representam, na prática, a obtenção de recursos que serão empregados no município, visando a melhoria das condições de vida de nosso povo. Considerando-se, ainda, que a última autorização data, pela exigüidade do lapso de sua vigência, expirou a validade. Tornando-se imperiosa a sua renovação.

Prova disso é a necessidade premente dos Municípios estabelecerem condições e ajustes para execução de obras e serviços públicos, visando oferecer melhores condições de vida ao cidadão.

Assim, Senhores Vereadores, esperamos contar com a colaboração dessa Casa, no sentido de aprovar o presente Projeto de Lei, permitindo que o Poder Executivo possa atender com a rapidez e eficiência o clamor dessa necessidade.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM**, Estado da Bahia, em ..... de ..... de 2014.

**JOÃO DURVAL PASSOS TRABUCO**  
PREFEITO MUNICIPAL

**MÁRIO BRITO FREITAS**  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Praça Ruy Barbosa, 252 • Boa Vista do Tupim - Bahia • Prefeitura - (75) 3326.2210

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



GABINETE DO PREFEITO



**LEI Nº 618**

**DE**

**02 DE DEZEMBRO DE 2014**

**Dispõe sobre o Programa Municipal de Regularização Fundiária (PMRF) do terreno que compreende a sede de Boa Vista do Tupim.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

## **CAPÍTULO I**

### **DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

**Art. 1º** Esta lei dispõe sobre o “Programa Municipal de Regularização Fundiária” – PMRF do terreno que compreende a sede do município de Boa Vista do Tupim, compreendendo os seguintes instrumentos de execução do serviço público:

- I – Concessão Especial de Uso para Fins de Moradia Individual ou Coletiva;
- II – Autorização de Uso para Fins Comerciais;
- III – Alienação.

## **CAPÍTULO II**

### **DA CONCESSÃO DE USO ESPECIAL**

**Art. 2º** Aquele que possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, imóvel público situado em área urbana de tamanho limitado a duzentos e cinquenta metros quadrados, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins

Praça Ruy Barbosa, 252 • Boa Vista do Tupim - Bahia • Prefeitura - (75) 3326.2210

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



GABINETE DO PREFEITO



de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º A concessão de uso especial para fins de moradia será conferida de forma gratuita ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º O direito de que trata este artigo não será reconhecido ao mesmo concessionário mais de uma vez.

§ 3º Para os efeitos deste artigo, o herdeiro legítimo continua, de pleno direito, na posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.

**Art. 3º** No caso de a ocupação acarretar risco à vida ou à saúde dos ocupantes, o Poder Público garantirá ao possuidor o exercício do direito de que tratam os arts. 1º e 2º em outro local.

**Art. 4º** É facultado ao Poder Público municipal assegurar o exercício do direito de que tratam os arts. 1º e 2º em outro local na hipótese de ocupação de imóvel:

I - de uso comum do povo;

II - destinado a projeto de urbanização;

III - de interesse da defesa nacional, da preservação ambiental e da proteção dos ecossistemas naturais;

IV - reservado à construção de represas e obras congêneres; ou

V - situado em via de comunicação.

**Parágrafo Único.** A Secretaria de Finanças emitirá parecer a fim de declarar que o imóvel, objeto da regularização, não contraria as alíneas desse artigo.

## CAPÍTULO III

### DA CONCESSÃO DE USO ESPECIAL COLETIVA

**Art. 5º** Nos imóveis de que trata o art. 1º, com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, que estão ocupados por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por possuidor, a concessão de uso especial para fins de moradia será conferida de forma coletiva, desde

Praça Ruy Barbosa, 252 • Boa Vista do Tupim - Bahia • Prefeitura - (75) 3326.2210

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



GABINETE DO PREFEITO



que os possuidores não sejam proprietários ou concessionários, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º A concessão de uso prevista no *caput* deste artigo será concedida a entidade representativa dos moradores beneficiários, nos termos do art. § 3º do art. 169 da Constituição do Estado da Bahia.

§ 2º O possuidor pode, para o fim de contar o prazo exigido por este artigo, acrescentar sua posse à de seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas.

§ 3º Na concessão de uso especial de que trata este artigo, será atribuída igual fração ideal de terreno a cada possuidor, independentemente da dimensão do terreno que cada um ocupe, salvo hipótese de acordo escrito entre os ocupantes, estabelecendo frações ideais diferenciadas.

§ 4º A fração ideal atribuída a cada possuidor não poderá ser superior a duzentos e cinquenta metros quadrados.

§ 5º Esse artigo se aplica ao processo de zoneamento urbano de áreas rurais que sejam de propriedade do município de Boa Vista do Tupim.

## CAPÍTULO IV

### DA AUTORIZAÇÃO DE USO PARA FINS COMERCIAIS

**Art. 6º** É facultado ao Poder Público municipal dar autorização de uso àquele que possui como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área urbana, utilizando-o para fins comerciais.

§ 1º A autorização de uso de que trata este artigo será conferida de forma gratuita, devendo-se obedecer, pelo Poder Público municipal, aos mesmos procedimentos adotados para a concessão de uso especial para fins de moradia previstos nesta lei.

§ 2º O possuidor pode, para o fim de contar o prazo exigido por este artigo, acrescentar sua posse à de seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas.

## CAPÍTULO V

Praça Ruy Barbosa, 252 • Boa Vista do Tupim - Bahia • Prefeitura - (75) 3326.2210

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



GABINETE DO PREFEITO



## DA ALIENAÇÃO

**Art. 7º** É facultado ao Poder Público municipal alienar terrenos públicos com construção já consolidada situado em área urbana de quaisquer tamanhos, inclusive que exceda duzentos e cinquenta metros quadrados.

§ 1º. A alienação será procedida mediante o pagamento de um preço público de **R\$ 1,00 (um real)** por metro quadrado por cada terreno.

§ 2º. O recolhimento do preço público será individualizado por contribuinte e será procedido de expedição de Documento de Arrecadação Municipal, sendo este documento emitido pela Secretaria de Finanças.

§ 3º. Os custos cartorários para registro da escritura serão arcadas pelos particulares interessados na aquisição dos terrenos.

§ 4º. Os possuidores de terrenos cuja área seja inferior a 250 metros podem optar pela aquisição dos terrenos mediante o pagamento do preço público especificado no § 1º deste artigo ou pela obtenção do benefício gratuito da concessão de usos especial para efeito de moradia e comercial, desde que preenchidos os demais requisitos legais para a obtenção desse benefício.

## CAPÍTULO VI

### DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO

**Art. 8º** O título de concessão de uso especial do imóvel será obtido pela via administrativa perante a Secretaria de Finanças, inaugurado pelo possuidor que demonstre interesse no benefício, devendo o Município proceder à execução de todos os atos necessários ao registro da concessão após a conclusão do processo administrativo.

§ 1º A Administração Pública terá o prazo máximo de **02 meses** para decidir o pedido, contado da data de seu protocolo e 30 dias contados da conclusão do processo.

§ 2º Na hipótese de bem imóvel da União ou dos Estados, o

Praça Ruy Barbosa, 252 • Boa Vista do Tupim - Bahia • Prefeitura - (75) 3326.2210

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



GABINETE DO PREFEITO



]

]{'

[] Poder Público municipal emitirá certidão específica, atestando a localização do imóvel em área urbana e a sua destinação para moradia do ocupante ou de sua família, para o interessado instruir o requerimento de concessão de uso especial para fins de moradia junto ao órgão estadual ou federal competente.

§ 3º O título ou a escritura de venda, conferido por via administrativa, servirá para efeito de registro no cartório de registro de imóveis.

## CAPÍTULO VI

### DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ALIENAÇÃO

**Art. 9º** A alienação será precedida de processo administrativo junto à Secretaria de Finanças, inaugurado pelo possuidor que demonstre interesse na aquisição do terreno e resultará na confecção de Escritura Pública para efeito de registro no cartório de imóveis da Comarca, cujas taxas cartorárias deverão ser adimplidas pelo particular interessado.

§ 1º O possuidor que optar pela aquisição do terreno deverá pagar uma taxa pela abertura do processo administrativo no valor de **R\$ 100,00 (cem reais)**, que custeará a mediação do terreno e demais atos a serem produzidos no processo administrativo, exceto a confecção da Escritura Pública e seu registro.

§ 2º A Administração Pública terá o prazo máximo de **02 meses** para decidir o pedido, contado da data de seu protocolo e 30 dias contados da conclusão do processo.

§ 3º O concessionário de imóvel para moradia ou o beneficiário de autorização de uso de imóvel comercial que tiver interesse futuro na aquisição definitiva da propriedade, poderá fazê-lo a qualquer tempo, mediante avaliação prévia do valor do terreno e execução do processo administrativo previsto neste artigo.

Praça Ruy Barbosa, 252 • Boa Vista do Tupim - Bahia • Prefeitura - (75) 3326.2210

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



## CAPÍTULO VII

### DA TRANSFERÊNCIA E EXTINÇÃO DA CONCESSÃO DE USO

**Art. 10.** O direito de concessão de uso especial para fins de moradia e a autorização de uso para fins comerciais são títulos transferíveis por ato *inter vivos* ou *causa mortis*, de forma gratuita ou onerosa.

**Art. 11.** O direito à concessão de uso especial para fins de moradia e a autorização de uso para fins comerciais extinguem-se quando ocorrer qualquer das hipóteses abaixo elencadas:

- I - o concessionário dar ao imóvel destinação diversa da moradia para si ou para sua família;
- II - o beneficiário da autorização dar ao imóvel destinação diversa da comercial;
- III - o concessionário adquirir a propriedade ou a concessão de uso de outro imóvel urbano ou rural;
- IV - o beneficiário da autorização adquirir outro ponto comercial;
- V - o concessionário adquirir a propriedade definitiva derivada da concessão de uso para efeito de moradia ou o ponto comercial junto à Administração Pública.

**Parágrafo único.** A extinção de que trata este artigo será averbada no cartório de registro de imóveis, por meio de declaração do Poder Público concedente, obtida mediante processo administrativo específico, resguardado o direito ao contraditório e ampla defesa, obedecidos os prazos estabelecidos pelo § 1º do art. 6º desta lei.

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 12.** Para ter acesso aos benefícios desta lei, o possuidor dos imóveis deverá estar adimplente com o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), instruindo o processo administrativo com certidão negativa de débito relativa a tributos municipais expedida pela Secretaria da Fazenda

Praça Ruy Barbosa, 252 • Boa Vista do Tupim - Bahia • Prefeitura - (75) 3326.2210

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



GABINETE DO PREFEITO



de Boa Vista do Tupim e outros documentos a serem especificados em Decreto regulamentador desta lei.

**Art. 13.** As disposições dessa lei serão aplicadas aos possuidores que tenham edificado construções em terrenos públicos na sede do município de Boa Vista do Tupim/BA.

**Art. 14.** Esta lei será regulamentada via decreto no prazo de **30 (trinta) dias**, ficando revogadas as leis e demais disposições legais em contrário, entrando em vigor esta lei na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista do Tupim 02 de dezembro de 2014.

JOÃO DURVAL PASSOS TRABUCO

PREFEITO MUNICIPAL



Praça Ruy Barbosa, 252 • Boa Vista do Tupim - Bahia • Prefeitura - (75) 3326.2210

Praça Rui Barbosa | 252 | Centro | Boa Vista do Tupim-Ba

[www.pmboavistadotupim.ba.ipmbrasil.org.br](http://www.pmboavistadotupim.ba.ipmbrasil.org.br)

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian  
DF41FA386D8177BA561EA4D839FF227F